



INSTITUTO
**OBSERVATÓRI
SOCIAL**

PELA GLOBALIZAÇÃO DOS DIREITOS

WWW.OBSERVATORIOSOCIAL.COM.BR

JUNHO 2011 • EDIÇÃO ESPECIAL

ISSN 1678-152X

**CRIMES AMBIENTAIS E TRABALHISTAS
NA CADEIA PRODUTIVA DA INDÚSTRIA
SIDERÚRGICA INSTALADA NA AMAZÔNIA**

**O AÇO DA
DEVASTAÇÃO**



CRIMES AMBIENTAIS E TRABALHISTAS NA AMAZÔNIA

Nesta edição da revista do Instituto Observatório Social, apresentamos os resultados de uma nova e importante apuração sobre o setor siderúrgico na Região Norte. São resultados que chegam sete anos após a histórica pesquisa Escravos do Aço. Em 2004, mostramos como a produção de carvão vegetal para a indústria de ferro-gusa estava sustentada por uma estrutura arcaica e que violava os direitos fundamentais dos trabalhadores.

Ferro que era exportado e alimentava uma das mais importantes cadeias produtivas da economia moderna: o aço. Na época, grandes siderúrgicas instaladas no polo siderúrgico de Marabá, no Maranhão e no Pará, foram identificadas como financiadoras de carvoarias que usavam trabalhadores escravos na produção de carvão.

Mais recentemente, em fevereiro de 2011, voltamos ao assunto com reportagem *A Floresta que Virou Cinza*, que mostrou como operam os grupos criminosos que esquentam carvão do desmatamento e do trabalho escravo. São quadrilhas formadas por políticos, empresários e servidores públicos do governo do Pará, que se uniram para depredar, em nome de interesses próprios, um dos mais importantes ecossistemas do planeta.

Agora, novos resultados jogam luz de forma inédita sobre o problema. O cruzamento de dados entre a produção de ferro-gusa e de carvão mostra que a siderurgia no polo de Carajás continua baseada na devastação ambiental e no descumprimento das leis trabalhistas.

Nesses sete anos que separam a primeira pesquisa dos dados atuais, muita coisa mudou e para melhor. A Carta-Compromisso Pelo Fim do Trabalho Escravo na Produção de Carvão Vegetal e a criação do Instituto Carvão Cidadão, que monitora a cadeia produtiva, melhoraram brutalmente as condições de trabalho nas carvoarias cadastradas pelas empresas.

Mas o problema não foi resolvido.

Os resultados aqui apresentados mostram carvoarias que operam dentro da lei estão sendo usadas como fachada para esconder a produção clandestina, que desmata a Amazônia e mantém trabalhadores em condições análogas à escravidão: sem registro em carteira, sem equipamentos de segurança, sem alojamentos, sem direitos fundamentais. Sem acesso nem mesmo à água potável.

Hoje, grandes siderúrgicas operam com alto índice de ilegalidade. O fenômeno provoca uma curiosa inversão de papéis: quem acaba penalizada são as poucas siderúrgicas que respeitam as leis trabalhistas e ambientais. Como só atuam com carvão legal, produzem abaixo de sua capacidade e precisam enfrentar a concorrência das que produzem a todo vapor, sem se importar com a origem do carvão.

A pesquisa também mostra a inoperância do governo do Pará para enfrentar o esquema criminoso que funciona nos porões da Secretaria de Meio Ambiente. É um problema que transcende gestões e não discrimina partidos ou grupos políticos.

Na Amazônia, o desmatamento ilegal e o trabalho escravo só serão enfrentados depois que for controlada a atuação dos criminosos que ditam as regras na cadeia produtiva da devastação.

[INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL]

CARVOARIA
ILEGAL EM
JACUNDÁ (PA)

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL

[DIRETORIA EXECUTIVA]

CUT

Aparecido Donizeti da Silva

Vagner Freitas de Moraes

João Antônio Felício

Valeir Ertle

CEDEC

Maria Inês Barreto

UNITRABALHO

Carlos Roberto Horta

DIEESE

João Vicente Silva Cayres

[CONSELHO DIRETOR]

CUT

Rosane da Silva Aparecido

Donizeti da Silva

Denise Motta Dau

Quintino Marques Severo

Vagner Freitas de Moraes

Jacy Afonso de Melo

João Antônio Felício

Valeir Ertle

DIEESE

Maria Luzia Feltes

João Vicente Silva Cayres

UNITRABALHO

Francisco José Carvalho Mazzeu

Silvia Araújo

CEDEC

Tullo Vigevani Maria Inês Barreto

[EQUIPE TÉCNICA]

COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL

Amarildo Dudu Bolito

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Lilian Arruda

R. Dona Brígida, 299

Vila Mariana- 04111-080- São Paulo - SP

Tel: (11) 3105-0884

Fax:(11) 3107-0538

e-mail: observatorio@os.org.br

www.observatoriosocial.org.br

REVISTA OBSERVATÓRIO SOCIAL

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Marques Casara (RJ 19126)

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Daniele Martins

EDIÇÃO

Marques Casara

FOTOS

Sergio Vignes e Tatiana Cardeal

REVISÃO

Ana Paula Castilho

DIAGRAMAÇÃO

Julia Masagão

PESQUISA

Papel Social Comunicação

INICIATIVA

Instituto Observatório Social

REALIZAÇÃO

Papel Social Comunicação

PRÊMIOS

[2009]

Honra ao Mérito no Prêmio Esso de Jornalismo, categoria Informação Científica, Tecnológica e Ecológica.

Premio Fiema de Jornalismo Ambiental, categoria revista.

[2008]

Prêmio Especial de Direitos Humanos da OAB/RS e do Movimento Justiça e Direitos Humanos.

2007

Menção Honrosa - Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

2006

Menção Honrosa - Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

2003

Prêmio Esso de Jornalismo, categoria Informação Científica, Tecnológica e Ecológica.





7 DESMATAMENTO E TRABALHO ESCRAVO

Produção de ferro gusa é conivente com a devastação ambiental e com crimes trabalhistas

1 11 A NATUREZA PRIVATIZADA

Empresas são usadas como fachada para a lavagem de carvão do desmatamento e do trabalho escravo

2 17 O ÍNDICE DA ILEGALIDADE

As siderúrgicas não estão cumprindo os acordos ambientais e trabalhistas

3 23 MÁQUINA DA DEVASTAÇÃO

Carvoarias ilegais estão no centro do processo predatório que fornece carvão para a cadeia produtiva do aço

4 29 RESPOSTA DAS EMPRESAS

Saiba também como a devastação é financiada pela siderúrgicas

5 33 O ESTADO CÚMPLICE E FINANCIADOR

Financiamentos concedidos por bancos públicos favorece empresas ligadas a trabalho escravo e crimes ambientais



DESMATAMENTO E TRABALHO ESCRAVO

REPORTAGEM DE MARQUES CASARA E SÉRGIO VIGNES

Acordos não cumpridos, corrupção e crime organizado fazem da produção siderúrgica uma atividade predatória e que não leva em conta o custo da natureza. Na Amazônia, os recursos naturais são depredados para beneficiar empresas e políticos.

Esta reportagem começou no município de Nova Ipixuna (PA) em março de 2011. Quando estávamos escrevendo o texto, no dia 24 de maio, a desconhecida Nova Ipixuna estourou para o mundo e passou a frequentar o noticiário no Brasil e no exterior. Foi a data em que assassinaram o líder extrativista José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo.

Desde 2008, o casal denunciava o desmatamento ilegal para produzir, dentre outras coisas, carvão, posteriormente vendido às siderúrgicas do polo de Carajás. Nas indústrias, o carvão de Nova Ipixuna é misturado ao minério de ferro da Vale, resultando em ferro-gusa, insumo fundamental para a produção de aço.

Na Amazônia, a produção de ferro-gusa é predatória e conivente com o trabalho escravo e a devastação ambiental. Desde 2004, quando publicamos a histórica reportagem Escravos do Aço, que apresentou provas do envolvimento de siderúrgicas com crimes ambientais e trabalhistas, diversas ações foram tomadas para enfrentar o problema. As empresas mudaram suas práticas e passaram a monitorar a cadeia produtiva.

Na época, a iniciativa das empresas em criar o Instituto Carvão Cidadão (ICC), que monitora a cadeia produtiva, foi recebida como um passo fundamental para enfrentar a ilegalidade. Oficialmente, desde 2004, as siderúrgicas informam ao ICC quem são seus fornecedores de carvão, de modo que o instituto possa monitorar as condições de trabalho e o cumprimento das cláusulas da Carta-Compromisso Pelo Fim do Trabalho Escravo na Produção de

Carvão Vegetal. Rapidamente, o ICC tornou-se referência de boa prática empresarial para enfrentar a questão.

Em nossa viagem pela região de Nova Ipixuna, tínhamos o objetivo de iniciar uma apuração para verificar se as empresas de fato estavam cumprindo os acordos e desenvolvendo práticas produtivas sustentáveis. Lá, seguimos o cheiro da madeira queimada e encontramos um complexo carbonífero ilegal, com 500 fornos que produzem exclusivamente para o setor siderúrgico. O carvão desse complexo chega às siderúrgicas após ser esquentado em processos fraudulentos que envolvem a participação de políticos, empresários e servidores da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (SEMA-PA), além das autoridades municipais.

Na estrada, conversamos com o caminhoneiro Neílson dos Santos Ferreira, que transportava, em um caminhão Mercedes amarelo, uma carga de carvão ilegal para a Cosipar, sediada em Marabá (PA).

Também estivemos na carvoaria Boa Esperança, na vizinha Jacun-

TRABALHADORES
EM CARVOARIA
CLANDESTINA NA
REGIÃO DE NOVA
IPIXUNA (PA)



TOMBOY

SEVOP

.....

SEM LUVAS, SEM
CAPACETE E SEM
CARTEIRA ASSINADA:
FLORIANO ALEIXO
ESTÁ A SERVIÇO
DAS MAIORES
SIDERÚRGICAS
DO MUNDO

dá. No dia da visita, 66% do carvão que estava no pátio não tinha origem declarada, pois vinha do complexo ilegal existente em Nova Ipixuna. A Boa Esperança é uma das principais fornecedoras da Sidepar. Ela informa, em seus relatórios de responsabilidade social, que monitora, via ICC, todas as carvoarias de sua lista de fornecedores.

Como mais de 90% de todo ferro-gusa produzido na Amazônia é exportado, o setor global de aço torna-se responsável pelo financiamento de práticas predatórias e pela manutenção de condições trabalhistas degradantes.

Fazem parte da cadeia produtiva da devastação e do trabalho escravo as principais *tradings* globais de aço, como Thyssenkrupp, NMT e Nucor Corporation, que compram milhares de toneladas de ferro-gusa produzido, por exemplo, por Sidepar e Cosipar. Montadoras como Ford, General Motors, Nissan e Toyota são abastecidas por aço produzido com o carvão de Nova Ipixuna.

Quando fomos a campo, o objetivo era identificar a quantidade de ferro-gusa produzido com o carvão do trabalho escravo e da devastação. Checar se o monitoramento feito pelas empresas de fato estava dando resultado. Encontramos um cenário de ilegalidade organizado, com método, disciplina, procedimentos e protocolos usados para lavar carvão ilegal.

O cruzamento de informações e a obtenção de documentos exclusivos mostram que as maiores siderúrgicas do polo de Carajás produzem mais que o dobro de ferro-gusa sem nenhum tipo de controle sobre a cadeia produtiva.

É aí que Nova Ipixuna se destaca e se torna ainda mais emblemática. O cruzamento de dados mostra, por

exemplo, essa região é a que mais fornece carvão ilegal para as indústrias siderúrgicas.

Para obter os dados, usamos a seguinte metodologia:

1. Obtivemos a lista de todos os fornecedores que negociaram com as siderúrgicas em 2010.
2. Fizemos o cálculo da capacidade produtiva máxima mensal e anual de cada fornecedor.
3. Cruzamos a capacidade máxima de produção de cada fornecedor com o total real de gusa vendido pelas empresas ao longo de 2010. Foi usado como referência a taxa mínima atualmente aceita, de 2,2 m³ de carvão por tonelada de gusa.
4. Chegamos ao carvão não monitorado e cuja fonte não é auditada, o excedente que ultrapassa a capacidade máxima de produção dos fornecedores.

Cabe lembrar que comprar de fornecedores não declarados quebra a principal cláusula da Carta-Compromisso criada pelas empresas, o que joga por terra boa parte da estrutura de monitoramento da cadeia produtiva usada desde 2004.

Ao comprar carvão sem origem controlada e oriundo de trabalho escravo e devastação ambiental, as siderúrgicas deixam de cumprir o acordo criado por elas mesmas.

Além disso, termos de ajustamento de conduta assinados pelas siderúrgicas sediadas na Amazônia dizem que, a partir de 2012, o setor só vai usar madeira certificada em seus processos produtivos. Caso seja cumprido, será um passo fundamental para enfrentar os crimes ambientais e o trabalho escravo na região. Desde a implantação do polo de Carajás, no final dos anos 1980, processos predatórios e ilegais contaminam a cadeia produtiva do aço.

Com tanta ilegalidade na produção, faltando poucos meses para o início da certificação da cadeia, é grande a expectativa para saber como as empresas vão cumprir o acordo.

Por fim, a reportagem vai mostrar como o Estado se tornou sócio do crime organizado que abastece a cadeia produtiva do aço. Financia projetos, constrói infraestrutura, concede empréstimos e atua politicamente para que o carvão continue a abastecer os autoforos.

A produção de aço gera divisas, empregos, impostos e caixa de campanha. O valor da natureza e o preço da vida não entram nessa soma. Se fosse diferente, Nova Ipixuna continuaria sendo uma pequena cidade perdida no meio da floresta. ●

A man in a green long-sleeved shirt and dark pants stands with his back to the camera, looking at a large pile of wood. The shirt has the words "FISCALIZAÇÃO FEDERAL" printed in yellow on the back. The scene is an industrial wood processing area with a corrugated metal roof and a concrete platform.

**FISCALIZAÇÃO
FEDERAL**

A NATUREZA PRIVATIZADA

Os mecanismos de controle e monitoramento da cadeia produtiva são usados como ferramentas para maquiar dados e abastecer as siderúrgicas com o carvão da devastação e do trabalho escravo. Empresários, políticos e servidores públicos trabalham de forma organizada na liberação de guias e documentos forjados.

Na Amazônia brasileira, a produção siderúrgica não é uma atividade sustentável. Essa informação não é nova. As próprias empresas reconhecem o problema. Nos últimos anos, as siderúrgicas baseadas no polo de Carajás assinaram vários termos de ajustamento de conduta. Foram sistematicamente multadas e acusadas de trabalho escravo e crimes ambientais, responsabilizadas pela devastação de um dos mais importantes biomas do planeta.

A floresta amazônica tem importância fundamental na temperatura, na umidade e no regime de chuvas de uma vasta região. Sua destruição não tem reflexos apenas locais, mas continentais, já que é de lá, por exemplo, que sai boa parte da umidade que equilibra o clima nas regiões Sudeste e Centro Oeste, onde é produzida boa parte dos alimentos consumidos no País.

Ao usar a floresta de forma predatória e sem levar em conta as consequências socioambientais, o setor siderúrgico privatiza os recursos naturais e financia o trabalho escravo e a degradação de áreas de preservação e de terras indígenas. Essa prática é um péssimo negócio do ponto de vista da sustentabilidade. Na ponta do lápis, contudo, é uma atividade altamente rentável. Principalmente porque o valor da natureza não entra nessa conta. Para as siderúrgicas instaladas na Amazônia, dois mais dois resulta em cinco.

É importante registrar que houve, nos últimos anos, consistentes avanços no combate ao trabalho escravo. Pelo menos na parte legal do processo, nas carvoarias monitoradas pelo Instituto Carvão Cidadão.

O fato novo, que será mostrado aqui, é que algumas siderúrgicas trabalham com mais do que o dobro carvão

ilegal. Um carvão que não tem controle de origem e que chega às indústrias sem qualquer monitoramento, tanto do ponto de vista ambiental quanto trabalhista. Além disso, é um produto estritamente vinculado à corrupção e às redes criminosas especializadas em maquiar o produto e dar a este uma aparência de legalidade.

A conta não fecha. E, quando fecha, revela que as próprias ferramentas de controle da cadeia produtiva são deliberadamente usadas para maquiar o carvão ilegal. É como apertar um parafuso com o cabo da chave de fenda: a ferramenta é boa, mas está sendo usada ao contrário. E as empresas sabem disso.

BARATO E ILEGAL

O carvão é um insumo fundamental na cadeia produtiva do aço. Na Amazônia, mais de 90% da produção vai para as indústrias instaladas no polo siderúrgico de Carajás. Lá, o carvão vegetal tem duas utilidades. O primeiro uso é como combustível para fazer funcionar os autofornos. O segundo é como agente químico para retirar o oxigênio durante o processo, quando o carvão é misturado ao minério de ferro. No autoforno, carvão e minério

O USO DE MADEIRA DA
DEVASTAÇÃO PARA O
SETOR SIDERÚRGICO É
O PRINCIPAL PROBLEMA
AMBIENTAL NO POLO
SIDERÚRGICO
DE CARAJÁS



de ferro resultam em ferro-gusa que, posteriormente, é unido a outras ligas e gera o aço.

No polo siderúrgico de Carajás, nas cidades de Marabá (PA) e Açailândia (MA), estão concentradas as siderúrgicas que fazem o ferro-gusa a partir de carvão proveniente de florestas plantadas, de madeira retirada da floresta (legalmente e ilegalmente) e de outras origens como coco-babaçu.

A produção de carvão acontece em milhares de fornos artesanais espalhados pelas margens da floresta, a maioria deles na periferia das cidades localizadas próximas às indústrias. É uma produção terceirizada, mas sob inteira responsabilidade das siderúrgicas, que controlam o preço e a demanda.

As siderúrgicas preferem queimar mata nativa para fazer carvão por uma questão simples: é mais barato do que plantar um eucalipto e esperar que ele cresça. Se o carvão for ilegal, é ainda mais barato.

Segundo pesquisa coordenada pelo físico José Goldemberg, do Instituto de Energia e Eletrotécnica da USP, é quase 10 vezes mais barato usar o carvão do desmatamento na produção de ferro-gusa: “O preço do carvão vegetal de origem nativa produzido de forma ilegal varia entre 10 e 12% do preço do carvão vegetal produzido a partir de florestas plantadas. Desta forma, o uso de carvão vegetal torna-se economicamente competitivo, principalmente considerando os últimos aumentos de preços do coque e do carvão vegetal, puxados pelo aumento da demanda mundial por ferro”.

DADOS MAQUIADOS

Como o custo da natureza não entra na conta, as siderúrgicas conseguem carvão barato para competir em condições favoráveis no mercado global do

aço. E o Brasil consegue produzir, a baixo custo, o melhor gusa do mundo. Ao trocar coque (carvão mineral) por carvão vegetal na redução do minério de ferro, consegue-se uma liga de muito mais qualidade, sem enxofre e que pode ser usada nos chamados aços especiais, os quais têm mais valor agregado e servem para os setores automotivo, aeroespacial, eletroeletrônico e de autopeças.

Existem cinco formas de produzir carvão para a siderurgia:

1. A partir de madeira oriunda de florestas próprias, plantadas para esse fim.
2. A partir de madeira nativa legal, retirada de áreas autorizadas e com plano de manejo aprovado.
3. Coco ou casca de babaçu.
4. Resíduos de serraria e outros resíduos.
5. A partir de madeira ilegal, retirada de áreas de preservação e de terras indígenas, muitas vezes com o uso de mão de obra escrava.

Até hoje, a representatividade de cada uma dessas modalidades era um mistério. As empresas jogavam com os números e maquiavam dados, na tentativa de jogar uma cortina de fumaça sobre a origem do carvão e dificultar as ações de fiscalização e controle por parte dos órgãos ambientais. Por isso, nunca se obteve com precisão o percentual de carvão ilegal usado no polo siderúrgico de Carajás. O que se tinha eram estimativas, cálculos aproximados, chutes, informações difíceis de ser checadas.

Isso porque não se contabiliza o carvão esquentado, aquele que recebeu documentos falsos e que foi produzidos nas carvoarias do desmatamento e do trabalho escravo. Agora, com os novos dados, é possível ter uma ideia do tamanho do problema, que não é pequeno.

Para enfrentar o problema, as empresas avançaram principalmente no monitoramento do trabalho escravo. Como a Amazônia é a região que concentra a maior parte dos casos de trabalho escravo no Brasil, é altamente arriscado, para a indústria, ter em sua carteira de fornecedores uma carvoaria que usa mão de obra escrava.

As empresas desenvolveram rígidos controles, com fiscalização direta no pátio das carvoarias cadastradas como fornecedoras. O problema, o grande problema, são as carvoarias clandestinas, não cadastradas e não monitoradas pelas siderúrgicas. São locais insalubres, que atuam em desacordo com a legislação ambiental e trabalhista, usam mão de obra escrava e mantêm trabalhadores sem equipamentos de proteção e sem alojamentos adequados.



MADEIRA ORIUNDA DE
DEVASTAÇÃO AMBIENTAL A
ESPERA DOS DOCUMENTOS
QUE DARÃO A ELA UMA
APARÊNCIA DE LEGALIDADE

O carvão produzido por essas carvoarias também chega às siderúrgicas, mas por vias transversais. São esquemas fraudulentos que permitem que quantidade enormes do carvão comprado por algumas siderúrgicas seja de origem ilegal.

A fraude envolve empresas de fachada, criadas para lavar o carvão ilegal. Essas empresas operam, muitas vezes, em sintonia com órgãos governamentais, como a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (SEMA), sistematicamente envolvida em fraudes ligadas a crimes ambientais.

O estado do Pará, de fato, se tornou sócio do esquema de lavagem de carvão, emitindo documentos e manipulando operações de fiscalização para favorecer a produção de ferro-gusa. A atividade siderúrgica no polo de Marabá gera divisas, impostos, empregos e caixa de campanha. Só não leva em conta o passivo socioambiental. “É praticamente impossível um secretário que queira fazer um trabalho sério permanecer mais do que dois ou três anos no cargo”, diz o ex-secretário do Meio Ambiente do estado, Walmir Ortega, atualmente diretor do Programa Cerrado Pantanal, da ONG Conservação Internacional.

Investigações da Polícia Federal mostram servidores públicos – que deveriam zelar pelo patrimônio ambiental – a serviço de diferentes esquemas usados para lavar carvão e cometer outros crimes. Inquéritos instaurados pela PF relacionam, por exemplo, caso de servidores que ganham salário de cerca de R\$ 2 mil e possuem carros avaliados em R\$ 120 mil. As investigações também mostram empresas-

-fantasma que recebem licença ambiental e são usadas como fachada para operações predatórias. Não são um ou dois casos. São dezenas.

Ortega, que atuou durante o governo Ana Júlia, é um dos poucos que fala abertamente sobre o problema. Em geral, um manto de silêncio encobre as ações do órgão. Em sua gestão, Ortega iniciou uma limpeza na secretaria, com ajuda do IBAMA e da Polícia Federal. Afastou 70 servidores suspeitos de corrupção e reduziu o desmatamento no estado. Mas não durou muito no cargo e foi demitido ao contrariar interesses do alto escalão: “No Pará, especula-se que 4 milhões de m³ gerem entre R\$ 2,5 bi e R\$ 3 bi ilegalmente, por ano. Quem movimenta isso tem um altíssimo poder de corrupção”.

CORRUPÇÃO

A corrupção no órgão ambiental do Pará é prática corriqueira e conhecida do Ministério Público, da Polícia Federal, do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente. Nos últimos anos, servidores foram presos, secretários foram afastados, cargos foram remanejados. Mas as fraudes permanecem.

As investigações da Polícia Federal, diversas em andamento, mostram crimes de favorecimento ilícito, liberação fraudulenta de planos de manejo, corrupção ativa e passiva, esquemas de propina e produção de documentos fraudados dentro dos próprios gabinetes da alta burocracia.



FOTO: SÉRGIO VIGNES

cia governamental. É um esquema organizado e perene. Envolve empresas, políticos e servidores públicos.

O problema transcende governos e não discrimina partidos. É uma ação de Estado, praticada desde a implantação do polo siderúrgico de Marabá, no final dos anos 1980.

Nessas décadas, administraram o estado Almir Gabriel, Simão Jatene, Ana Júlia e novamente Simão Jatene, atualmente no cargo. Nesse período, os problemas ambientais só se agravaram, exceto o enfrentamento do trabalho escravo no setor siderúrgico, que tem apresentado bons resultados nos últimos anos, pelo menos nas carvoarias legalizadas e cadastradas por algumas empresas.

O governador Jatene foi insistentemente procurado para falar sobre sua estratégia de enfrentamento da corrupção no órgão ambiental do estado que administra. As perguntas foram enviadas após a veiculação da reportagem A Floresta que Virou Cinza – também publicada pelo Observatório Social, e já durante o curso da atual apuração.

A Floresta que Virou Cinza mostra como opera um dos muitos esquemas de legalização fraudulenta do carvão do desmatamento e do trabalho escravo. Uma ação que envolve políticos, empresários e funcionários do governo do Pará, que se uniram para fraudar documentos e esquentar centenas de carregamentos de carvão, direcionados às siderúrgicas do polo de Carajás.

A princípio, Jatene concordou em responder quatro per-

guntas enviadas por e-mail. Depois de várias mudanças de data para o envio das respostas, informou, via assessoria de imprensa, que elas não mais seriam respondidas.

As perguntas que o governador não respondeu são as seguintes:

1. Como o Sr. avalia o envolvimento da Secretaria de Meio Ambiente em esquemas criminosos de esquentamento de carvão para as siderúrgicas do polo de Carajás?
2. Que medidas o governo do Pará vai adotar para evitar que o setor siderúrgico do polo de Carajás continue usando carvão do desmatamento e do trabalho escravo?
3. Que medidas o governo do Pará vai tomar para sanear a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, que vem sendo sistematicamente relacionada a fraudes ambientais, inclusive em relatórios do IBAMA e em inquéritos da Polícia Federal?
4. Que estratégias o Sr. vai adotar, ao longo da sua gestão, para enfrentar o desmatamento e o trabalho escravo no Pará?

No Pará, se a corrupção, o crime ambiental e o trabalho escravo fossem estancados de um dia para o outro, o setor siderúrgico entraria em colapso. Isso porque a quantidade de carvão ilegal usado pelas empresas ultrapassa até mesmo os cálculos mais pessimistas, como será visto mais adiante. •



O ÍNDICE DA ILEGALIDADE

Carvoarias apresentadas como exemplo de responsabilidade socioambiental são usadas como lavanderias do carvão ilegal. Parte das siderúrgicas não cumprem o pacto criado por elas mesmas em 2004, que previa a produção de ferro-gusa de forma sustentável, sem trabalho escravo e devastação ambiental.

O uso de carvão do desmatamento e do trabalho escravo no setor siderúrgico da Amazônia é histórico e recorrente. O grande desafio sempre foi saber quanto do produto usado pelas empresas era de fato ilegal. Por meio dos novos dados obtidos com exclusividade pelo Observatório Social, é possível delinear os desafios que o setor tem pela frente.

Até então, o estudo mais confiável sobre o percentual de carvão ilegal tinha sido realizado em 2005 pela Diretoria de Florestas do Ibama: o Diagnóstico do Setor Siderúrgico nos Estados do Pará e Maranhão.

Na época, o órgão notificou as empresas a apresentar os seguintes dados: o total da produção de ferro-gusa, o total de carvão consumido e as fontes de matérias-primas florestais usadas nas carvoarias, ou seja, de onde vinha a madeira e os outros produtos que abasteciam as carvoarias.

Doze siderúrgicas do polo de Carajás foram monitoradas. O objetivo do estudo foi elaborar um método de controle, ter uma estimativa sobre a quantidade de carvão ilegal que entrava nas empresas. Desde a implantação do polo, foi a primeira e única pesquisa publicada sobre a origem do carvão.

PROBLEMA RECORRENTE

O principal problema do estudo realizado pelo Ibama é que as fontes de carvão vegetal declaradas pela empresa não foram visitadas. Sendo assim, o órgão se baseou apenas nas informações fornecidas pelas próprias siderúrgicas, sem checar os locais indicados como fontes de matéria-prima. Por conta disso, verificou-se que as empresas supervalorizaram algumas fontes, como o uso da casca do

coco-babaçu, que não precisa de guia de trânsito florestal e, portanto, não é controlado pela fiscalização.

Mesmo tendo como referência apenas as informações fornecidas pelas siderúrgicas, o diagnóstico sinalizou graves problemas entre o total de carvão declarado e a quantidade de gusa realmente produzida, já que supervalorizar o uso do coco-babaçu, de restos de serraria e de floresta própria tem seus limites. É como sonegar uma declaração de imposto de renda, joga pra cá, joga pra lá, mas dentro de limites que não deem muito na vista.

O estudo do Ibama usou a referência aceita na época, de que, para cada tonelada de gusa, era necessário 611 quilos de carvão (2,14 m³). Com isso, bastou cruzar o total de carvão declarado com a produção real de gusa para obter-se o carvão não declarado: o gusa excedente indicou o uso de carvão cuja origem não foi informada pela siderúrgica e mostrou, segundo o Ibama, uso de carvão ligado a crimes ambientais e trabalhistas.

Vejam os resultados em quatro das maiores siderúrgicas do polo de Carajás e que também aparecem na atual apuração realizada pelo Observatório Social:

ATÉ AS FAMOSAS
QUEBRADEIRAS DE COCO
SE TORNARAM VÍTIMAS
DAS SIDERÚRGICAS

COSIPAR não apresentou os dados ano a ano, apenas o valor global dos cinco anos, o que resultou em 80% de carvão sem origem declarada. O diagnóstico ainda alerta para o fato de a empresa ter declarado que 51% de suas fontes provêm de babaçu e de resíduo de serrarias. “É importante que seja feito um acompanhamento mais rigoroso para averiguar a fidelidade e a composição dessas fontes”, escreveram os autores. Ou seja, nem os 20% declarados estavam livres de suspeitas. Nos anos seguintes, comprovou-se o que se imaginava: siderúrgicas usam babaçu e restos de serraria para maquiar o carvão ilegal. Nunca apareceram, contudo, números que indicassem a quantidade da maquiagem usada para encobrir os dados.

SIDEPAR Como entrou em operação no ano de 2005, não houve o comparativo. Mesmo assim, a empresa foi visitada em maio daquele ano, poucos meses depois de entrar em operação. Escreveram os autores do diagnóstico: “Houve grande dificuldade na separação das autorizações de transporte de produtos florestais que entraram nos dias escolhidos para análise”. O relatório também diz que a empresa não tinha a ficha de controle de entrada do carvão que estava no pátio naquele momento: 1.300 m³, ou seja, cerca de 30 caminhões carregados. O carvão foi apreendido e a empresa multada em R\$ 139 mil. A empresa entrava em operação seguindo o padrão das demais: alto grau de ilegalidade e desorganização.

GUSA NORDESTE A visita dos servidores do Ibama resultou, de cara, em uma multa de R\$ 44 mil. A empresa não conseguiu comprovar o carvão que estava no pátio naquele dia. O diagnóstico revelou que, a partir dos dados fornecidos pela própria empresa, 78% da produção dos últimos cinco anos não tinha origem do carvão identificada.

MARGUSA O diagnóstico encontrou 9% de carvão sem origem declarada. Do carvão declarado, contudo, 51% vinha exclusivamente do babaçu, matéria-prima que não precisa de documentação para circular e que, como foi descoberto depois, é usada para maquiar carvão ilegal. O baixo índice de carvão sem identificação de origem dava à Margusa, naquela época, o *status* de uma empresa quase 100% sustentável. Era o ano de 2005, data do estudo. Três anos depois, a verdade apareceu: a empresa foi multada em 44 milhões de reais, acusada de fornecer informações falsas sobre reposição florestal e sobre o Plano Anual de Suprimento. Também foi acusada de fraude na liberação de documento de controle e de operar em desacordo com a licença concedida.

Muita coisa mudou de lá pra cá e a mais importante delas foi o enfrentamento do trabalho escravo. Um ano antes do diagnóstico do Ibama, em junho de 2004, o Instituto Observatório Social havia publicado a histórica pesquisa *Escravos do Aço*, sobre a existência de trabalho escravo na cadeia produtiva do setor. Na época, as siderúrgicas do polo de Carajás foram identificadas, pela primeira vez a partir de provas documentais, como financiadoras de carvoarias que usavam trabalhadores escravos na produção de carvão. Até então, as siderúrgicas negavam o problema e se recusavam a rever seus processos produtivos. O impacto da pesquisa, principalmente junto aos compradores de gusa no exterior, levou as empresas a agir fortemente contra o problema.

PACTO EMPRESARIAL

Por iniciativa do Instituto Observatório Social e do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, as empresas se organizaram para assinar a Carta-Compromisso Pelo Fim do Trabalho Escravo na Produção de Carvão Vegetal. O documento foi assinado por grandes siderúrgicas e por organizações classistas como CUT e FIESP. Depois da carta assinada pelas siderúrgicas, veio o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil: reuniu centenas de empresas, de todos os setores da sociedade, no enfrentamento do problema. E o trabalho escravo entrou na pauta da sociedade brasileira.

Para enfrentar o problema, as siderúrgicas se organizaram em torno do Instituto Carvão Cidadão (ICC), criado por elas “para cumprir os termos da Carta-Compromisso, de eliminação do trabalho escravo na produção do carvão vegetal, bem como, pela dignificação, formalização e modernização do trabalho na cadeia produtiva do Ferro-Gusa”.

O Instituto está sediado em Imperatriz (MA) e, dentre suas atividades, fiscaliza diretamente o pátio das carvoarias listadas pelas siderúrgicas como fornecedoras. “Realizamos auditorias, elaboramos relatórios, organizamos reuniões com fornecedores e trabalhadores do setor”, explica o diretor do ICC, Ornedson Carneiro. “Também disponibilizamos essas informações para o governo e para as instituições interessadas”, finaliza.

O monitoramento das empresas fornecedoras de carvão requer um rígido controle sobre a atividade no pátio das carvoarias, que tem sido feito com grande competência pelo ICC. A atuação do Instituto contribuiu enormemente para melhorar as condições de trabalho nesses locais.

Hoje, nas fornecedoras de carvão cadastradas, os trabalhadores atuam, na grande maioria, dentro das leis traba-

lhistas. Usam equipamento de proteção, são registrados em carteira, têm alojamentos adequados e bebem água potável, pois nem isso acontecia. “O ICC presta uma inestimável contribuição para melhorar as relações trabalhistas e enfrentar o trabalho escravo”, lembra o presidente do Observatório Social, Aparecido Donizeti Silva. “As auditorias são realizadas com frequência e os relatórios apresentam um bom nível de detalhamento”, complementa.

O problema é que, hoje, as próprias carvoarias cadastradas pelas siderúrgicas e auditadas pelo ICC estão sendo usadas como tapume para maquiagem a existência de carvão ilegal em taxas que ultrapassam 100% de produção ilegal em algumas siderúrgicas. É como se as empresas usassem o seu próprio instituto de responsabilidade social para lavar carvão ilegal, o que demonstra a necessidade de aprimorar o Instituto.

Os dados atuais, obtidos pelo Observatório Social, complementam o diagnóstico realizado pelo Ibama em 2005. Aquele documento usou como referência as declarações passadas pelas empresas e o comparativo entre produção de carvão declarada e produção total de gusa. O problema, como já foi dito, era que as empresas maquiavam os

resultados, supervalorizando restos de serraria e de coco-babaçu, que chegavam a representar mais de 50% do total usado como matéria-prima para fazer carvão.

O atual estudo foi mais além, ao pesquisar a produção forno a forno. A metodologia é a seguinte:

- 1.Obtivemos a lista de todos os fornecedores que negociaram com as siderúrgicas em 2010. São dados públicos fornecidos pelo ICC. em dezembro de 2010 e que “alcançam a totalidade dos fornecedores”.
- 2.Fizemos o cálculo da capacidade produtiva máxima mensal e anual de cada fornecedor.
- 3.Cruzamos a capacidade máxima de produção de cada fornecedor com o total real de gusa vendido pelas empresas ao longo de 2010. Foi usado como referência a taxa mínima atualmente aceita, de 2,2 m³ de carvão por tonelada de gusa.
- 4.Chegamos ao carvão não monitorado e cuja fonte não é auditada, o excedente que ultrapassa a capacidade máxima de produção dos fornecedores.

Veja os dados das siderúrgicas com mais problemas e as siderúrgicas com os dados mais discrepantes:

CARVÃO LEGAL X CARVÃO ILEGAL	SIDERÚRGICAS ASSOCIADAS AO ICC	NÚMERO FORNOS ICC 2010	CARVÃO LEGAL PRODUÇÃO POSSÍVEL (TON)*	PRODUÇÃO REAL 2010 (TON)	DIFERENÇA ENTRE REAL E LEGAL (TON)	DIFERENÇA ENTRE REAL E LEGAL (%)
	SIDEPAR	2.224	181.964	463.988	282.024	+155%
	MARGUSA	737	60.300	103.900	43.600	+72%
	GUSA NORDESTE	1.699	139.009	213.607	74.598	+54%
	VIENA	2.740	224.182	334.947	110.765	+49%
	FERGUMAR	864	70.691	63.000	-7.691	-11%
	VALE (FGC)	1.612	131.891	114.000	-17.891	-14%
	SINOBRAS	1.485	121.500	84.000	-37.500	-31%
	PINDARE	2.001	163.718	101.076	-62.642	-38%
	NÃO ASSOCIADAS					
SIDENORTE	-	-	28.080	-	+100%	
COSIPAR	-	-	216.000	-	+100%	
USIPAR	-	-	120.00	-	+100%	
SIDERÚRGICAS SEM ATIVIDADE EM 2010 (ASSOCIADAS AO ICC) CIKEL, SIMASA E COSIMA (NÃO ASSOCIADAS AO ICC) IBERICA				* CADA FORNO TEM CAPACIDADE DE PRODUZIR MENSALMENTE 6,82 TONS E ANUALMENTE 81.82 TONS		



Vejam os exemplos como o caso da Siderpar. Em 2010, a siderúrgica comprou carvão oriundo de 2.224 fornos. Cada forno foi responsável pela produção máxima anual de 69,23 toneladas de ferro-gusa, tendo como referência a taxa de conversão mínima de 2,2 m³ de carvão para cada tonelada de gusa. Sendo assim, os fornos cadastrados têm capacidade de produzir 153.967 toneladas de gusa.

A diferença, como mostra a tabela, é de 310.021 toneladas. É ferro-gusa cuja origem do carvão não pode ser comprovada pela empresa.

A Siderpar trabalha com mais de 100% de carvão cuja origem não corresponde às carvoarias oficialmente fornecedoras.

O mesmo problema, em diferentes graus, acontece com outras siderúrgicas apresentadas na tabela. A exceção fica por conta da Cosipar. Desde 2009, a empresa não cumpre a Carta-Compromisso Pelo Fim do Trabalho Escravo na Produção de Carvão Vegetal. A Cosipar deixou de informar quais são seus fornecedores. Foi expulsa do ICC e do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil. A empresa não monitora seus fornecedores no que diz respeito ao cumprimento da legislação trabalhista e do enfrentamento do trabalho escravo. Sendo assim, atualmente, 100% do carvão que entra na empresa não passa por qualquer tipo de controle envolvendo práticas trabalhistas e ambientais.

Além dos números apresentados na tabela, é preciso considerar o seguinte:

Um forno de carvão não consegue manter 100% de pro-

ductividade ao longo do ano, principalmente no período das chuvas na Amazônia, onde a produção mensal de um forno pode cair pela metade por pelo menos três meses.

Nos outros nove meses, para compensar os meses de chuva, a produção precisaria exceder os 100%. Nem as mais avançadas indústrias, que trabalham com tecnologia de ponta, conseguem manter 100% de produtividade por vários meses seguidos. O que dizer de um forno de carvão artesanal instalado no meio da Amazônia?

Muitos fornecedores vendem para mais de uma siderúrgica, o que pulverizaria, entre as siderúrgicas, sua capacidade máxima mensal de produção.

REGRAS

O cadastramento de todos os fornecedores é ponto obrigatório do estatuto do ICC. Essa regra foi escrita pelas próprias siderúrgicas, que criaram o ICC. Segundo o estatuto, dentre as responsabilidades das siderúrgicas, está o de “informar ao Instituto, periodicamente ou sempre que por este solicitado, a relação da produção própria e do total de seus fornecedores de carvão, com a indicação da produção mensal e o número de trabalhadores utilizado por fornecedor, a fim de se verificar a compatibilidade de toda a sua cadeia produtiva com relação ao ferro-gusa produzido”.

Quebrada essa regra, rompe-se toda a estrutura de monitoramento da cadeia produtiva do setor siderúrgico no polo de Carajás. Com siderúrgicas atuando com mais do



que o dobro de carvão ilegal, cai por terra o compromisso de não usar carvão do desmatamento e do trabalho escravo.

As auditorias, apresentadas pelas indústrias como a principal iniciativa de que estão cumprindo os acordos de não usar carvão do desmatamento e do trabalho escravo, mostram um furo gigantesco. Perdem valor os relatórios de sustentabilidade e de responsabilidade social apresentados pelas empresas nos últimos anos, inclusive para seus clientes, as gigantes siderúrgicas baseadas nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia.

Os três principais mecanismos usados pelas siderúrgicas para maquiar o carvão são os seguintes:

1. As próprias carvoarias cadastradas como fornecedoras são usadas como atravessadoras de carvão ilegal. Além de sua própria produção, que é monitorada, elas compram o produto de carvoarias ilegais, sem nota fiscal, por baixo do pano. Com isso, conseguem exceder a taxa máxima de produtividade por forno, já que parte do carvão não é feito ali. Dessa forma, as carvoarias cadastradas pelas siderúrgicas se tornam ferramentas de manutenção de estruturas trabalhistas degradantes e invariavelmente ligadas à devastação ambiental.

2. Algumas siderúrgicas compram carvão de carvoarias não cadastradas oficialmente como fornecedoras. São carvoarias que trabalham de forma precária, com trabalhadores em condições degradantes e usando, para fazer carvão, madeira retirada ilegalmente de áreas de preser-

vação e de terras indígenas. Antes de chegar às siderúrgicas, o carvão é esquentado em processos fraudulentos que envolvem, muitas vezes, a corrupção de servidores que deveriam fiscalizar o processo. Leia mais adiante os mecanismos usados para esquentar o carvão do desmatamento e do trabalho escravo.

3. Uma parte das siderúrgicas compra carvão de fornecedores desconhecidos e irregulares, que esquentam um carregamento de carvão nas proximidades e entregam para a siderúrgica que pagar mais. Postos de combustível nas rodovias que chegam a Marabá têm áreas exclusivas e reservadas, nos fundos, para negócios envolvendo carvão ilegal.

Presenciamos os processos de esquentamento de carvão nas rodovias e conversamos com os motoristas de caminhão. Visitamos carvoarias cadastradas pelas siderúrgicas e que, no dia da visita, tinham enormes quantidades de carvão comprovadamente ilegais no pátio. Obtivemos documentos que mostram o passo a passo do esquentamento de carvão.

Acompanhamos o processo de triangulação feito por carvoarias e até mesmo por planos de manejo ligados à agricultura familiar, que vendem e revendem o produto até cinco vezes antes de chegar às siderúrgicas. Esse processo de triangulação, atualmente, é o mecanismo mais utilizado, principalmente para maquiar o trabalho escravo, pois é bem mais difícil de chegar à origem do carvão. Esses casos serão contados a partir da próxima página. •



MÁQUINA DA DEVASTAÇÃO

Visitamos carvoarias, empresas e sindicatos ligados à cadeia produtiva do aço. Conversamos com trabalhadores, caminhoneiros, agentes federais e lideranças comunitárias envolvidas ou impactadas pelo setor. Acompanhamos fiscalizações do Ibama, realizadas em carvoarias ilegais e também em carvoarias cadastradas pelas siderúrgicas como fornecedoras.

A rodovia PA-150 é uma das principais rotas por onde circula o carvão do desmatamento e do trabalho escravo. Liga os municípios de Goianésia a Redenção, passando por Marabá e Nova Ipixuna, a cidade na qual executaram a tiros, no dia 24 de maio, os líderes extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo, que denunciavam a retirada ilegal de madeira e também seu uso para produzir carvão para a cadeia produtiva do aço. A região integra o famoso arco do desmatamento, a fronteira entre a mata nativa e os tratores da devastação.

Nova Ipixuna é a joia dos madeireiros e das carvoarias. A floresta tem grandes áreas preservadas, sistematicamente invadidas por madeireiros e carvoeiros. O problema é conhecido há bastante tempo, mas foi em 2008 que começou a chamar mais atenção, quando José Cláudio fez as primeiras denúncias das ações criminosas para retirar madeira.

Em fevereiro de 2011, a edição especial da revista do Observatório Social, A Floresta que Virou Cinza, mostrou que era dessa região que saía parte do carvão esquentado por uma quadrilha da qual faziam parte políticos, empresários e a chamada banda podre da Secretaria de Meio Ambiente do Pará (SEMA-PA). O grupo esquentou um milhão de metros cúbicos de carvão, cerca de 16 mil caminhões carregados. O esquema só deu certo porque houve participação direta de servidores da Secretaria, que forjaram documentos para

maquiar o carvão e dar a este uma aparência de legalidade.

ROTA DO CRIME

Carvoarias localizadas na PA-150 estão no centro do processo predatório que fornece carvão do desmatamento e do trabalho escravo à cadeia produtiva do aço. O produto vai primeiro para as siderúrgicas do polo de Carajás, depois às *trades* globais que fazem aço e vendem para montadoras de veículos e indústrias de diversos setores, como o de eletrodomésticos e o aeroespacial. Sem desconsiderar os importantes avanços dos últimos anos, o carvão do trabalho escravo e da devastação ambiental continua a alimentar a roda viva da produção industrial predatória e socialmente irresponsável.

No Pará, todas as grandes carvoarias envolvidas em esquentamento de madeira e de carvão utilizam dessa prática com um único objetivo: nutrir os autoforos do polo de Carajás.

COMPLEXO
CARBONÍFERO
ILEGAL A SERVIÇO
DAS SIDERÚRGICAS
DE CARAJÁS



APREENSÃO
DE CARVÃO NA
RODOVIA PA-150

Os esquemas são sempre os mesmos e passíveis de rastreamento. Em resumo, acontece assim:

1. A quadrilha consegue, com a ajuda da Secretaria de Meio Ambiente, autorizações forjadas de desmatamento e limpeza de área. Muitas vezes, a área autorizada nem tem potencial madeireiro. No papel, contudo, têm árvores e restos de madeira que recebem autorização para ser retirados.
2. Os papéis viram moeda no mercado paralelo de carvão: são usados para justificar madeira retirada de áreas de preservação e de terras indígenas. O carvão ilegal passa a ter um documento informando que veio de um lugar, mas na verdade veio de outro.

Outra forma de esquentar carvão é a inserção indevida de créditos de madeira nos sistemas informatizados de controle e fiscalização do governo do Pará. Crédito de madeira é a quantidade do produto que pode ser negociado por uma empresa. Esse crédito está registrado no sistema. O esquema criminoso que opera nos porões do governo do Pará controla a inserção indevida de créditos. Com mais créditos, o madeireiro pode desmatar mais do que tinha sido autorizado.

A inserção indevida acontece, por exemplo, quando uma empresa tem autorização para movimentar mil metros cúbicos de madeira. Mas, do dia para a noite, esses mil metros viram 10 mil metros cúbicos.

Como mais da metade da produção de ferro-gusa é realizada com carvão não monitorado pelos mecanismos de controle das siderúrgicas, pode-se afirmar que o mercado paralelo é mais dinâmico que o mercado oficial. A produção de ferro-gusa, apesar dos esforços anunciados pelas empresas, continua com o mesmo grau de ilegalidade de 2005, quando o relatório do Ibama apontou percentuais muito parecidos com os que encontramos atualmente.

É importante considerar, contudo, que o enfrentamento do trabalho escravo avançou bastante. Do ponto de vista trabalhista, as carvoarias cadastradas pelas empresas, em sua grande maioria, registraram os trabalhadores e passaram a cumprir a legislação. Mas também passaram a lavar carvão proveniente de empresas não cadastradas e não monitoradas.

Na PA-150, as carvoarias que fornecem para o setor siderúrgico trabalham, na média, com mais da metade de carvão ilegal. Como elas são as fornecedoras cadastradas pelas siderúrgicas, mas não conseguem produzir todo o gusa que a indústria precisa, acabam se tornando lavanderias de si mesmas, financiadoras do carvão do desmata-

mento e do trabalho escravo. Recebem carvão ou madeira de outros locais e vendem como se fosse delas. E parte do setor siderúrgico é conivente.

Seria muito fácil para as siderúrgicas perceberem isso. Elas conhecem, mais do que ninguém, o potencial produtivo de um forno. Se esse forno está além de 100%, é porque está sendo usado para esquentar carvão.

Outra forma que as siderúrgicas usam para maquiagem de carvão é o de fazer vistas grossas e comprar de qualquer um que tenha uma carga para vender. “A sede de carvão é tanta que já virou folclore”, conta Roberto Scarpari, do escritório do Ibama em Marabá. Uma das histórias que fazem parte do folclore é a seguinte: se você estiver indo fazer um churrasco, não passe em frente a uma siderúrgica. A empresa vai fazer de tudo para te convencer a cancelar a festa e vender o carvão.

CONIVÊNCIA

Durante uma semana, acompanhamos a rotina do Ibama na cidade de Marabá. Apesar do folclore popular em torno do tema, o assunto carvão é considerado o mais grave crime ambiental naquela região. “O negócio de carvão ilegal envolve grandes somas de dinheiro e é controlado por empresários e políticos de alto escalão. Tem muito político sendo financiado e visceralmente ligado a esses esquemas”, diz Roberto Scarpari.

Com um escritório pequeno, uma equipe enxuta e uma região gigantesca para fiscalizar, o trabalho do Ibama se torna uma frenética batalha diária para tentar minimizar o impacto ambiental.

Durante os dias em que acompanhamos a fiscalização na PA-150, mais da metade dos caminhões de carvão parados pelo Ibama usavam documentos forjados para justificar a carga, segundo apuraram os agentes. Todos os caminhões tinham o mesmo endereço: o polo siderúrgico de Marabá. Da carga identificada como irregular, 90% estava endereçada às empresas Sidepar e Cosipar.

Na rodovia PA-150, distante 144 quilômetros de Marabá, Jucundá estava levemente esfumaçada no final de março. Terminava o período de chuvas mais pesado e estava mais do que na hora de atear fogo na madeira e colocar os fornos para trabalhar.

Na Amazônia, o final do período de chuvas marca o início do calor mais pesado, aquele bafo úmido e denso que nos empurra para sombra mais próxima. O fim das chuvas também anuncia a época de fazer carvão nos



milhares de fornos legais e ilegais que pontuam a região com aquele típico odor de madeira queimada.

A uns cinco ou seis quilômetros da prefeitura, perto da delegacia e do escritório da Secretaria de Meio Ambiente, 500 fornos vomitam o que só autoridades e siderúrgicas não querem ver. A fumaça que empastela a garganta e faz o olho chorar.

Tudo ilegal, mas ninguém faz nada. Dizem que, antes de ilegal, é um problema social e as pessoas precisam trabalhar para poder comer. O prefeito, o secretário de Meio Ambiente, o delegado. Todo mundo conta a mesma história: se essas pessoas tivessem outras coisas para fazer, fariam. Como não têm e precisam sobreviver, devastam a floresta e fazem carvão.

São peças a serviço da monumental estrutura logística que movimentam o setor produtivo do polo de Carajás. Ninguém está ali por acaso, nem carvoeiros, nem as autoridades.

Em Jacundá, perto do centro da cidade, a carvoaria Boa Esperança é uma das dezenas usadas para lavar o carvão ilegal. A medição feita por fiscais do Ibama mostrou 66%

de carvão ilegal no pátio da empresa, sem documentação que comprove a origem. Após ser esquentado com documentos forjados, o carvão segue direto para as siderúrgicas.

E de onde vem o documento para esquentar o carvão? Vem, por exemplo, de planos de manejo florestais montados na medida certa para esse fim, com a ajuda da Secretaria de Meio Ambiente do Pará. Ou até mesmo de assentamentos voltados para a agricultura familiar.

Longe, praticamente inacessível durante o período de chuvas, sem amparo governamental e sem assistência técnica, os assentamentos sofrem o assédio de madeireiros, que pagam à vista (e muito barato) pelo lote de árvores.

Essas quadrilhas não querem a madeira, mas o papel que autoriza o desmatamento. Usam o documento para justificar, por exemplo, os 66% de carvão sem origem comprovada no pátio da Boa Esperança.

Veja um exemplo: na região de Tucuruí, uma grande quantidade de carvão foi esquentada, ao longo de 2010, usando o assentamento da agricultura familiar Cururuí – uma área de terras praticamente inacessível e onde vários agricultores foram assassinados por madeireiros e grileiros.



CARVOARIA BOA
ESPERANÇA: 66%
DE CARVÃO ILEGAL

Segundo a documentação oficial que acompanhou o produto, o carvão fez o seguinte caminho até chegar às siderúrgicas: saiu de Tucuruí e, seguindo na direção contrária de Marabá, onde estão as siderúrgicas, foi para Tailândia e depois para Paragominas. De lá, passou por Abel Figueiredo e, finalmente, foi entregue às guseiras. Seguiu uma rota cara e demorada.

Mas isso apenas no papel. De fato, esse carvão nunca saiu do assentamento. Os documentos e suas mirabolantes viagens foram usados para esquentar carvão que está bem mais perto, a 50 quilômetros das siderúrgicas, em Nova Ipixuna e Jacundá. Carvão ilegal que se torna legal ao passar pelas lavanderias do crime organizado que sustenta a produção carbonífera no Pará.

TUDO DOMINADO

Outro método usado para lavar carvão é supervalorizar o uso de coco-babaçu, prática já detectada pelo relatório do Ibama de 2005 e que foi relatada no início.

No estado do Maranhão, quebradeiras de coco-babaçu já viveram dias melhores. Com sua inquebrável capacidade de

superar os obstáculos colocados pelos coronéis que fazem do Maranhão um feudo familiar, vivem agora dias mais difíceis do que nunca. “Estamos comendo nas mãos das siderúrgicas”, lamentam as líderes comunitárias Eunice da Conceição Costa e Maria Faustina dos Santos, duas das mais importantes ativistas pela causa da mulher e das quebradeiras de coco da Amazônia.

Elas contam que estão sendo “usadas” pelos mecanismos que colocaram o coco-babaçu, em algumas siderúrgicas, como o principal insumo produtor de carvão: “Querem comprar tudo, o coco inteiro, o que é muito ruim para nós”. Ao vender o coco inteiro, as quebradeiras deixam de aproveitar seu interior, amplamente usado na culinária, no artesanato e na medicina tradicional.

Além disso, segundo apurou o Ibama, o uso do coco-babaçu é supervalorizado pelas siderúrgicas. Como o coco não precisa dos mesmos documentos da madeira, é usado para esquentar carvão produzido ilegalmente.

Assim, as quebradeiras de coco, famosas pelas cantorias, tradições e poder de resistência, se tornam também peças da engrenagem que movimenta os tratores da devastação. •



RESPOSTA DAS EMPRESAS E DO ICC

O polo siderúrgico de Carajás produz cerca de 38% do ferro-gusa brasileiro, cerca de três milhões de toneladas. Mais de 90% é exportado para a fabricação de aço. Entra numa complexa cadeia produtiva que envolve milhares de produtos, de secadores de cabelo a turbinas de aviões. Saiba aqui o que dizem as siderúrgicas brasileiras ligadas ao problema.

Ao longo dos últimos anos, diversos impasses marcaram o fornecimento de minério de ferro para o setor de ferro-gusa na Amazônia. A Vale, como única fornecedora e como dona da estrada de ferro usada para o escoamento do gusa, foi sistematicamente pressionada pelos movimentos sociais para não participar da cadeia produtiva do trabalho escravo e da devastação. Chegou a suspender o fornecimento para algumas siderúrgicas em 2007.

Em julho de 2008, em uma cerimônia que contou com a presença do então ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, a Vale anunciou que não forneceria mais minério de ferro às siderúrgicas que usassem carvão do desmatamento e do trabalho escravo. “Todos são responsáveis por zelar pelo meio ambiente”, disse o então presidente da empresa, Roger Agnelli.

VALE VAI APURAR

Procuramos o Ministério do Meio Ambiente. Mesmo após insistentes apelos a jornalista Cristina Ávila, da assessoria de comunicação, o órgão não se manifestou.

A Vale disse o seguinte: “a Vale não tem, nem poderia ter, poder de polícia, cujo titular é o Poder Público, razão pela qual a sua atuação é pautada em informações oficiais, emanadas dos órgãos governamentais que têm função fiscalizadora. Não obstante, apesar de não termos poder de polícia, as denúncias que nos são dirigidas por entidades não governamentais são cuidadosamente apuradas”.

“Até o momento, a Vale não tem conhecimento, através de informações de órgãos públicos, sobre supostas irregularidades na cadeia produtiva das citadas empresas”.

Monitorar cadeia produtiva não é uma atividade policial, mas uma ação de responsabilidade social empresa-

rial. Não é nova a informação de que as siderúrgicas do polo de Carajás estão devastando a Amazônia para produzir aço.

As siderúrgicas também foram procuradas, assim como o Instituto Carvão Cidadão (ICC). Pediram para conhecer os detalhes do que foi apurado. A apuração foi apresentada em São Paulo, no dia 6 de junho de 2011. Participaram representantes do ICC e representantes das empresas filiadas ao ICC. Também compareceram as entidades que compõem o comitê de coordenação e monitoramento do Pacto do Trabalho Escravo.

As empresas e o ICC tiveram acesso à planilha com o índice de ilegalidade, aqui apresentada na página 19. Três dias depois, o mesmo grupo voltou a São Paulo e anunciou o seguinte: “a tabela está errada. Deixou de incluir quase oito mil fornos”.

A tabela usada pela reportagem está baseada em um relatório do próprio ICC, de dezembro de 2010. O relatório contém um CD com a relação, forno a forno, das empresas que fornecem para as siderúrgicas. Na capa, o relatório diz: “estas auditorias foram realizadas no período de 01/05/2010 a 17/12/2010 e alcançam todos os produtores em atividade informados pelas siderúrgicas”.

AMAZÔNIA: BIOMA
AMEAÇADO PELA
INDÚSTRIA DA
DEVASTAÇÃO

VERSÃO DAS EMPRESAS

SIDERÚRGICAS ASSOCIADAS AO ICC	NÚMERO FORNOS ICC 2010	CARVÃO LEGAL PRODUÇÃO POSSÍVEL (TON)*	PRODUÇÃO REAL 2010 (TON)	DIFERENÇA ENTRE REAL E LEGAL (TON)	DIFERENÇA ENTRE REAL E LEGAL (%)
SIDEPAR	2.742	224345	463.988	239.643	+107%
MARGUSA	924	75.600	103.900	28.300	+37%
GUSA NORDESTE	2.910	238.091	213.607	24.484	-10%
VIENA	3.986	326.127	334.947	8.820	+3%
FERGUMAR	864	70.691	63.000	-7.691	-11%
VALE (FGC)	1.681	137.536	114.000	-23.536	-17%
SINOBRAS	2.980	243.818	84.000	-159.818	-66%
PINDARE	2.001	163.718	101.076	-62.642	-38%

* CADA FORNO TEM CAPACIDADE DE PRODUZIR MENSALMENTE 6,82 TONS E ANUAMENTE 81.82 TONS

ICC e empresas entregaram uma versão própria da tabela (acima). Disseram que a auditoria usada como referência pela reportagem não contemplava a totalidade dos fornos. E que uma etapa iniciada em novembro de 2009 e concluída em março de 2010 deveria ser somada a ela.

Após a reunião, verificou-se que a versão das empresas e do ICC tem graves problemas. Incluir em 2010 os resultados da auditoria iniciada em 2009 só transfere o problema de um ano para o outro. O que deixou de faltar em 2010 passa a faltar em 2009. O rombo muda de ano.

Mas essa não é a maior contradição. A versão apresentada por empresas e ICC ajudou a desvendar um problema que não tinha sido identificado: a brutal inconsistência dos dados cadastrais dos fornecedores de carvão. Exemplos:

CASO 1: carvoaria registrada no ICC como estando em Anapu (PA), com 200 fornos, usa CNPJ de carvoaria sediada no Maranhão. A mesma carvoaria aparece novamente nos registros do ICC, agora com seu próprio CNPJ, mas em outro endereço, com mais 73 fornos.

CASO 2: um único CNPJ de uma empresa do Tocantins é usado por diferentes carvoarias, com diferentes nomes e endereços no Maranhã e no Pará.

CASO 3: carvoaria aparece nove vezes em diferentes fiscalizações., com endereços diferentes. Os endereços são do Maranhão. O CNPJ é de uma transportadora no Tocantins.

CASO 4: carvoaria aparece dez vezes, em diferentes etapas de fiscalização, em diferentes endereços, com CNPJ não existente no banco de dados da Receita Federal.

CASO 5: carvoarias que na 8ª etapa de fiscalização estão em uma cidade, na nona etapa de fiscalização aparecem em outra cidade, com o mesmo número de fornos.

Essas informações colocam em xeque o sistema de auditoria feito pelo ICC.

Em ofício, o ICC informa que a tabela deles é a correta e diz que está sempre vigilante para a manutenção dos objetivos já conquistados e a busca de novos desafios.

“Houve erro do Observatório Social na coleta de informações”, diz Rodrigo Kaukal Valladares, diretor da Viena. Valladares diz também que o ICC não computa a capacidade de cada forno, o que tornaria impossível saber quanto cada carvoaria produz. Essa informação contradiz o próprio estatuto do ICC, que no artigo 11 diz ser dever das siderúrgicas indicar a produção mensal de cada fornecedor, “a fim de se verificar a compatibilidade de toda a sua cadeia produtiva com relação ao ferro gusa produzido”.

A Margusa informou que não tem nada a ver com o problema, pois tinha carvão em estoque e seus fornos produzem mais do que a média apresentada na tabela.

As empresas precisam começar a fazer a sua parte, o que vem sendo prometido desde o século passado. O modelo predatório beneficia poucos e prejudica muitos. ●

EMPRESAS ENVOLVIDAS

NA CADEIA PRODUTIVA DO CARVÃO PRODUZIDO NA AMAZÔNIA

COSIPAR sediada no Pará. Sua construção, em 1986, foi apoiada pela SUDAM e pela então estatal Cia. Vale do Rio Doce. A empresa pertence ao grupo Costa Monteiro, do qual também faz parte a Usipar que, no começo de 2011, teve 75% de seu capital vendido à Mir Steel UK, do País de Gales, controlada por empresários russos. É a principal fornecedora brasileira de ferro-gusa para National Material Trading Co., sediada nos Estados Unidos.

SIDEPAR sediada no Pará. A empresa é controlada pelo grupo mineiro Valadares Contigo. A empresa não tem assessoria de comunicação e o site de internet está "em construção" desde 2007. Segundo uma edição de 2008 do boletim do Sindicato das Indústrias de Ferro-Gusa do Estado do Pará, a Sidepar alcançará a autossuficiência em madeira no ano de 2014, a partir de florestas plantadas. "Trabalhar e crescer, gerar empregos, trabalho e renda, impostos, divisas, investimentos sociais e ambientais. Esses são os princípios que norteiam a Sidepar na busca do desenvolvimento sustentável", disse ao informativo o diretor da empresa, Rogério Gontijo.

GUSA NORDESTE sediada no Maranhão. A empresa é controlada pelo Grupo Ferroeste, que atua na produção de madeira, ferro-gusa, etanol e carvão vegetal. Em seu site, diz que a sustentabilidade é seu ponto forte. Também informa que a partir de 2011 vai produzir "aço verde".

MARGUSA sediada no Maranhão. Pertencia ao grupo Gerdau até 2008. Hoje, é controlada pelo Grupo Calsete, um dos maiores produtores de ferro-gusa do País e que também atua em Minas Gerais.

VIENA sediada no Maranhão. É a maior produtora de gusa do País, somando-se a planta existente em Minas Gerais. Do mesmo grupo empresarial também fazem parte a Viena Fazenda Reunidas, ligada ao agronegócio, e a Andrade Valladares Ltda, que atua na construção civil.

VALE S/A fornecedora exclusiva de minério de ferro para as siderúrgicas do polo de Carajás. Está presente em 40 países. É uma das maiores mineradoras do planeta. A empresa informa que faz parte da vida de milhares de pessoas no mundo: "Estamos no seu celular, no seu carro, em cada um dos eletrodomésticos e até mesmo nas moedas". Assim como o minério de ferro da Vale está em todas as coisas, o ferro-gusa do polo de Carajás, produzido com o carvão do desmatamento e do trabalho escravo, também.

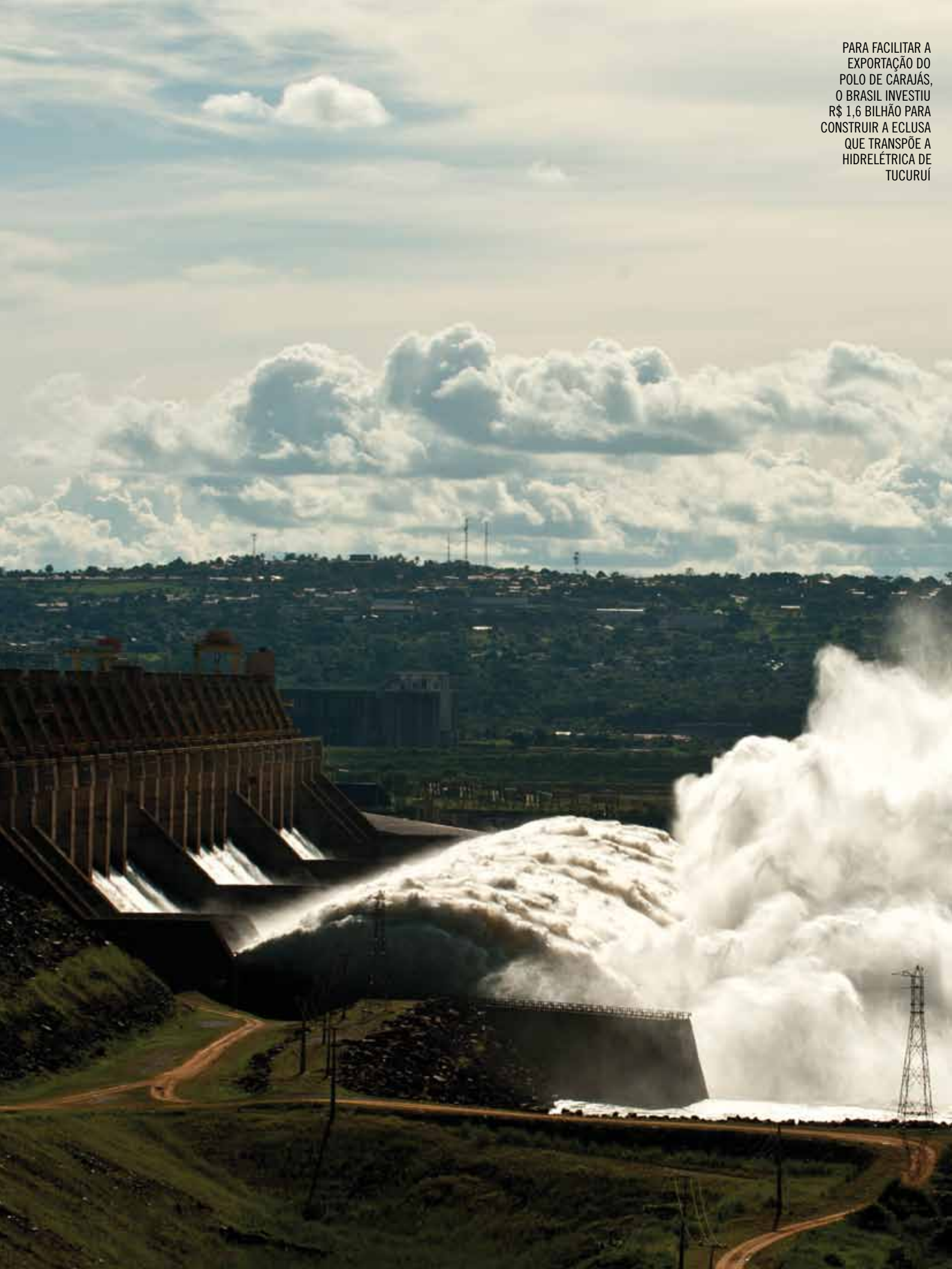
NATIONAL MATERIAL TRADING CO. (NMT) é a maior importadora de ferro-gusa brasileiro para os Estados Unidos. Possui 15 distribuidoras na América do Norte e fornece para grandes indústrias de aço e para montadoras como Ford, General Motors e Kohler. No Brasil, sua principal fornecedora é a Cosipar. Em seu código de conduta empresarial, a NMT diz que não se relaciona com fornecedores envolvidos com o trabalho escravo. A Cosipar foi expulsa do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil.

NUCOR CORPORATION é a segunda maior siderúrgica norte-americana e grande consumidora de ferro-gusa da Amazônia. Está envolvida na fabricação e venda de aço em diversos países, do Canadá aos Emirados Árabes. Somente entre 2007 e 2008, investiu mais de US\$ 2 bilhões na compra de empresas ligadas à produção de aço.

THYSSENKRUPP tem mais de 170 mil funcionários em 80 países "para fornecer ideias e inovações sustentáveis". Fornece aço para as mais variadas aplicações, da construção de elevadores à produção de aviões. Compra o ferro-gusa do desmatamento para fazer aço, este vendido para empresas como Ford, Nissan, Toyota, Deere & Co. e DaimlerChrysler.

WHIRLPOOL CORP é uma das maiores fabricantes mundiais de eletrodomésticos. Vende seus produtos na América do Norte, América do Sul, Europa, África e Ásia. Produtos da empresa incluem lavadoras domésticas, fornos de micro-ondas, geladeiras, secadores, purificadores de ar, freezers. A empresa compra matéria-prima da NMT.

PARA FACILITAR A
EXPORTAÇÃO DO
POLO DE CÂRAJÁS,
O BRASIL INVESTIU
R\$ 1,6 BILHÃO PARA
CONSTRUIR A ECLUSA
QUE TRANSPÕE A
HIDRELÉTRICA DE
TUCURUÍ



O ESTADO CÚMPLICE E FINANCIADOR

Seja por intermédio de financiamentos, empréstimos ou construção de infraestrutura, o Estado brasileiro tem responsabilidade direta na produção do ferro-gusa produzido com carvão do desmatamento e do trabalho escravo.

Em relação ao Estado, a ponta mais visível do problema é a incapacidade de enfrentar os mecanismos de corrupção instalados nas estruturas de controle e fiscalização nas regiões produtoras de ferro-gusa. Desde a implantação das siderúrgicas na região de Carajás, a produção ilegal de carvão tem abastecido o cofre de políticos, servidores públicos e empresários que atuam nas diferentes fases do processo de esquentamento de carvão, como foi mostrado nos capítulos iniciais.

Os órgãos federais de monitoramento, como Ibama e Polícia Federal, têm estruturas enxutas e uma brutal deficiência de pessoal e logística. Fazem o que pode. Os órgãos estaduais de controle e monitoramento estão a tal ponto contaminados pela corrupção que é impossível fazer qualquer coisa antes de resolver esse problema. Veja exemplos que contribuem para ampliar tal problema:

BANCO DO BRASIL: segundo o Ministério Público Federal (MPF), o Banco do Brasil fez pelo menos 55 empréstimos a propriedades rurais no Pará que mantinham trabalho escravo, desmatamento ilegal ou não tinham documentos de regularidade ambiental, fundiária e agrária. Concedeu mais de R\$ 8 milhões em créditos rurais de forma irregular entre 2008 e 2009, segundo apuração do MPF.

BANCO DA AMAZÔNIA: concedeu, também entre 2008 e 2009, 37 financiamentos com o mesmo problema, totalizando R\$ 18 milhões. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária é réu nos dois casos, do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia. Os dois bancos disseram que dispõem de políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável e negaram o problema.

BNDES: segundo pesquisa da Associação O Eco, os investimentos do BNDES na Amazônia não caminham pela via da sustentabilidade, “prejudicam não apenas brasileiros, mas os países vizinhos”. A pesquisa é baseada em relatório do Tribunal de Contas da União, que afirma ser insuficiente a política do BNDES no que diz respeito ao estímulo de práticas econômicas sustentáveis. Em 2009, o Greenpeace e o MPF-PA divulgaram que frigoríficos financiados pelo BNDES compravam gado de fazendas em áreas desmatadas ilegalmente e cujos proprietários estavam na lista suja do trabalho escravo.

Entre 2005 e 2010, o BNDES investiu R\$ 12 bilhões em empresas frigoríficas que operam na Amazônia. Diversos especialistas foram ouvidos pelo estudo da Associação O Eco, incluindo os que fazem parte da Plataforma BNDES, criada para monitorar e pressionar a democratização do banco. Eles afirmam que a instituição financeira tem problema crônico de falta de transparência. O estudo também cita problemas em obras financiadas pelo banco em outros países da América do Sul.

ECLUSAS DO TUCURUÍ: no dia 30 de novembro de 2010, foram inauguradas as eclusas da hidrelétrica de Tucuruí. A cerimônia contou com a presença do então presidente Lula, que fez a viagem inaugural em companhia do presidente da Cosipar, Luiz Carlos da Costa Monteiro, e da então governadora do Pará, Ana Julia. Uma das finalidades da eclusa é facilitar a exportação do ferro-gusa produzido pelas siderúrgicas do polo de Carajás. Na ocasião, o presidente da Cosipar disse que esperava com ansiedade a conclusão das obras, que permitirão, segundo ele, uma economia de 25% no transporte do ferro-gusa até o porto de Barcarena (PA), de onde é exportado. •







INICIATIVA:



INSTITUTO
OBSERVATÓRIO
SOCIAL

REALIZAÇÃO:



Papel Social
Comunicação